A Grande
TRANSFORMAÇÃO
As origens da nossa época
Karl Polanyi

A Grande

TRANSFORÇÃO

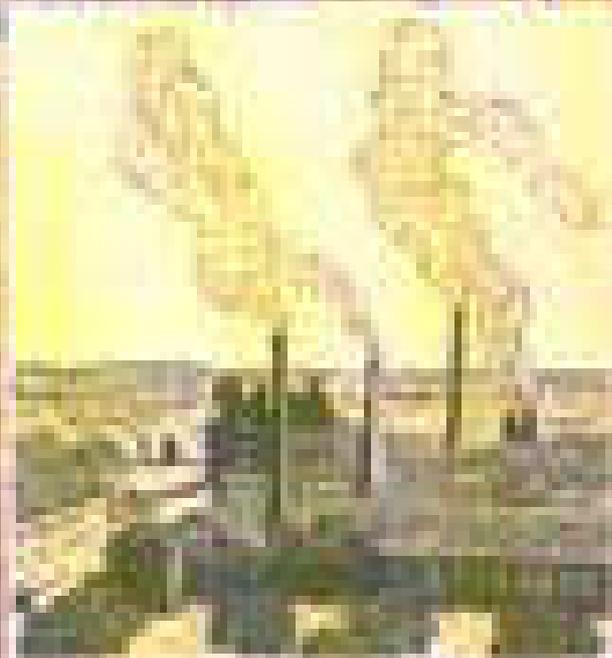
As origens da nossa época

TRADUÇÃO
Fanny Wrobel

Revisão Técnica
Ricardo Benzaquen de Araújo
CPDOC/FGV e PUC/RJ

A Grande
TRANSFORMAÇÃO
Karl Polanyi

2ª Ed.

EDITORA CAMPUS

UM DOS 100 LIVROS MAIS IMPORTANTES DO SÉCULO
FOLHA DE S. PAULO

À minha esposa muito
Amada Ilona Duezynska
Dedico este livro que só foi possível graças à sua ajuda
e à sua crítica.

A Grande TRANSFORMAÇÃO

Análise, minuciosa e criativamente, a formação da economia capitalista de mercado.
Desvenda os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, até se tornar uma esfera autônoma, “auto-regulável”, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho. da terra e do dinheiro em mercadoria.

Polanyi baseia as suas conclusões em um estudo da Inglaterra na época da Revolução Industrial, contrastando-a com sociedades "primitioas" e "arcaicas li, em uma análise comparativa que enfatiza o caráter singular e destrutiuo da moderna economia de mercado.

Integrando contribuições da História, da Antropologia e da Economia Política, este livro é um trabalho magistral, constituindo-se em leitura indispe ' vel para todos os interessados em Ciências Sociais.

AGRADECIMENTOS

Este livro foi escrito na América do Norte durante a Segunda Guerra Mundial. Na verdade, porém, ele começou e terminou na Inglaterra, onde o autor foi Professor-Conferencista da Extramural Delegacy da Universidade de Oxford e das instituições correspondentes da Universidade de Londres. Sua tese principal foi desenvolvida durante o ano acadêmico 1939-1940, em conjunto com seu trabalho nos Cursos Tutoriais organizados pela Associação Educacional dos Trabalhadores, no Morley College, Londres, em Canterbury e em Bexhill.

A história deste livro é a história de amizades generosas. E grande a dívida para com os amigos ingleses do autor, principalmente Irene Grant, a cujo grupo esteve associado. Estudos em comum ligaram-no a Felix Schafer, de Viena, um economista atualmente em Wellington, Nova Zelândia. Na América do Norte, John A Kouwenhoven ajudou-o como verdadeiro amigo, através da leitura e edição do original; muitas das suas sugestões foram incorporadas ao texto. Entre outros amigos que ajudaram contam-se os colegas do autor em Bennington, Horst Mendershausen e Peter F. Drucker. Este último e sua mulher foram uma fonte constante de encorajamento, não obstante seu completo desacordo com as conclusões do autor. A simpatia total do primeiro muito acrescentou a seus úteis conselhos. O autor também deve agradecimentos a Hans Zeisel, da Rutgers University, por uma leitura cuidadosa. A edição deste livro ficou inteiramente a cargo de Kouwenhoven, com a ajuda de Drucker e Mendershausen, e o autor se sente profundamente grato por este fato de amizade.

Tem também uma dívida de gratidão com a Fundação Rockefeller pela bolsa de dois anos, 1941-1943, que lhe foi concedida e que lhe permitiu complementar o livro no Bennington College, Vermont, em seguida a um convite que lhe foi feito por Robert D. Leigh, então presidente daquele colégio. Os planos para esta obra foram feitos numa série de conferências públicas e num seminário ocorrido durante o ano acadêmico 1940-1941. As facilidades de pesquisa foram gentilmente cedidas pela Biblioteca do Congresso em Washington, D. C., assim

como pela Biblioteca da Universidade de Colúmbia, Nova York. A todos eles devemos os nossos agradecimentos.

O Sr. Polanyi não teve a oportunidade de dar os retoques finais no seu manuscrito antes de voltar à Inglaterra; em época de guerra dispõe-se de muito pouco tempo em relação às datas de viagem e, quando essa data é fixada, não se pode adiá-Ia a bel-prazer. Também não foi possível ao editor, ou aos amigos do autor que supervisionaram a edição do livro, consultá-lo devidamente através de correspondência ou telegrama, pelos mesmos motivos de demoras e extravios em tempo de guerra. Tivemos, portanto, que fazer um certo número de modificações e supressões nas anotações, e algumas no texto, sem a orientação ou a permissão do autor. Apesar de a maioria delas terem sido feitas com a convicção racional da sua necessidade, lamentamos dizer que algumas o foram à base da intuição.

J. A. K.

APRESENTAÇÃO

Este é um livro que torna todos os outros já editados sobre o assunto parecerem obsoletos ou desgastados. Um acontecimento tão raro é um prodígio dos tempos. Aqui, numa hora crucial, está uma nova compreensão da forma e do significado dos assuntos humanos. O Sr. Polanyi não se propõe a escrever a História - ele a está reescrevendo. Ele não acende uma vela para iluminar um dos seus cantos escuros e nem se dispõe, possivelmente, a torná-la a escritura pública da sua fé pessoal. Ao contrário, com uma visão apurada e com conhecimento, apresenta um novo enfoque sobre os processos e as revoluções de toda uma era de mudança jamais vista.

O objetivo imediato do Sr. Polanyi é ressaltar, o que faz com notável discernimento, as implicações sociais de um sistema econômico particular, a economia de mercado que atingiu a sua plenitude no século XIX. Chegou a hora em que a sabedoria retrospectiva pode avaliá-la inteiramente pois, como disse Aristóteles, só podemos compreender a natureza de qualquer coisa quando ela alcança - e supera - a sua maturação. Acontecimentos e processos, teorias e ações surgem sob uma nova perspectiva. Muito do que parece meramente episódico ao escritor comum da História se investe de um significado mais profundo; muito do que parece apenas bizarro merece uma avaliação mais justa. A redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado, transforma a História em um drama profundo no qual a sociedade, a protagonista acorrentada, finalmente, rompe seus grilhões.

Esta nova orientação, sugerida em outras obras mas ainda não desenvolvida, dá novas proporções a homens e idéias. Tomemos, por exemplo, o Movimento Cartista e o espírito profético de Robert Owen. Ou tomemos a famosa recomendação de Speenharnland - como o Sr. Polanyi mergulha muito mais profundamente no seu significado histórico! Quão inteligível se torna o quadro dos juízes senhoriais ditando princípios de gabinete a uma força que nem eles, nem os mais esclarecidos da sua época podiam ainda compreender. Testemunhamos, com uma nova compreensão, a batalha das ideologias em torno da economia que crescia inexoravelmente, alguns se opondo cegamente, outros procurando retardar seus golpes mais impiedosos contra o tecido social; outros, ainda, aplaudindo

cada um dos seus avanços sinceramente - ou simploriamente. Vemos a atuação de retaguarda dos defensores da antiga ordem, o desconforto impotente dos mantenedores do Cristianismo tradicional, o fácil triunfo dos economistas ortodoxos que conseguiam explicar tudo. Entretanto, a frente de batalha avança e deixa ruínas no seu caminho, e as defesas apressadamente levantadas ruem perante ela. Vemos como de uma nova libertação surge uma nova servidão, e podemos medir o desafio que enfrenta a nossa própria época.

O Sr. Polanyi deixa muito atrás tanto os dogmáticos de Karl Marx como os apólogos da reação. Ele se preocupa com o processo econômico na civilização moderna mas não oferece qualquer doutrina de determinismo econômico. Ao contrário, ele nos oferece a análise penetrante de uma transformação histórica particular, na qual a supressão de um sistema econômico por outro desempenha um papel decisivo. Isto aconteceu não porque a relação econômica é sempre básica mas porque, neste caso e apenas neste caso, o "sistema ideal" na nova economia exigia uma abnegação impiedosa do status social do ser humano. Habilmente, ele menciona a situação colonial e as sociedades de povos primitivos invadidas industrialmente a fim de mostrar, não o que esse "sistema ideal" significava para elas mas, principalmente, o que ele também importava para nós. Os "moinhos satânicos" descartavam todas as necessidades humanas, menos uma: inexoravelmente, eles começaram a triturar a própria sociedade em seus átomos. Assim, os homens tiveram que descobrir a sociedade. Para o Sr. Polanyi, a última palavra é a sociedade. O principal espectador da tragédia da Revolução Industrial foi convocado não pela insensibilidade e ganância dos capitalistas em busca de lucro - embora isto registrasse uma grande desumanidade - mas pela devastação social de um sistema incontrolado, a economia de mercado. Os homens não puderam compreender o que significava a coesão da sociedade. O sacrário mais íntimo da vida humana foi despojado e violado. Não se apreciou em todo o seu potencial o problema do controle social de uma mudança revolucionária; filosofias otimistas o obscureceram, filantropos sem visão conspiraram com interesses poderosos para escondê-lo e a sabedoria da época ainda não havia nascido.

Entretanto, ao apresentar este argumento, o Sr. Polanyi não está lançando olhares saudosos a algum passado mais feliz; ele não está defendendo a causa da

reação. Não há um caminho de volta e nenhuma solução poderá surgir na busca de tal caminho. O que a nossa época precisa é a reafirmação, pelas suas próprias condições e pela suas próprias necessidades, dos valores essenciais da vida humana. A tradição nos faltará e não trairá se confiarmos nela. Não podemos abandonar o princípio da liberdade individual, porém devemos recriá-lo. Não podemos restaurar uma sociedade passada, mesmo que a cortina da História esconda de nós os seus males; temos que reconstruir a sociedade para nós mesmos, aprendendo com o passado todas as lições e advertências que formos capazes de aprender. Fazendo isto, talvez possamos ter em mente, também, que a causa de todos os assuntos humanos está profundamente envolvida para ser totalmente desenrolada pelas mentes mais sábias. Há sempre um ponto no qual temos que confiar em nossos valores atuantes, de forma que as forças iminentes do mundo atual possam se libertar em novas direções, para novos objetivos.

Um livro tão estimulante e tão profundo deve excitar controvérsias e ser questionado em vários pontos. Alguns podem duvidar se o papel da economia de mercado foi tão absoluto, se a lógica do sistema foi tão rigorosa e constrangedora por si mesma. Eles podem não desejar ir tão longe quanto o autor quando, num determinado ponto, ele observa que "as nações e os povos eram apenas bonecos numa exibição inteiramente além do seu controle". Alguns poderão querer atribuir valorações diferentes às diferentes formas de "proteção" contra o mercado auto-regulável e podem se sentir contrafeitos quando-o ordenador das tarifas e o legislador social parecem surgir como irmãos em armas. E assim por diante. Todavia, todos terão que reconhecer, seguramente, a clara irrefutabilidade do argumento total. Estamos agora num novo ponto vantajoso, olhando para baixo, após o terremoto, para os templos arruinados dos nossos deuses queridos. Vemos a fraqueza das fundações expostas - talvez possamos aprender agora, e de que maneira, a reconstruir o tecido institucional de forma que ele possa suportar melhor os choques da mudança.

É de primordial importância, hoje, a lição que ele transmite àqueles que elaborarão a próxima organização internacional. Pelo menos ele mostra que fórmulas liberais, tais como "paz mundial por meio do comércio mundial", não são suficientes. Se nos contentamos com tais fórmulas, somos as vítimas de uma simplificação perigosa e ilusória.

Nenhum sistema nacional ou internacional pode depender de reguladores automáticos. Orçamentos equilibrados, livre empresa, comércio mundial, câmaras internacionais de compensação e moedas ao par não garantirão uma ordem internacional. Só a sociedade poderá garanti-Ia; uma sociedade internacional também tem que ser descoberta. E aqui também o tecido institucional deverá manter e controlar o esquema econômico das coisas.

Assim, a mensagem deste livro não é apenas para o economista, embora lhe transmita uma mensagem poderosa, nem apenas para o historiador, embora abra novas perspectivas; nem apenas para o sociólogo, embora lhe transmita um sentido mais profundo do que significa a sociedade; nem apenas para o cientista político, embora o ajude a reexpor antigas questões e avaliar antigas doutrinas - ela se destina a cada homem inteligente que se preocupa em se aprimorar além do seu estágio atual de educação social, a cada homem que se preocupa em conhecer a sociedade em que vive, a crise por que passou e as crises que ora se avolumam. Aqui ele poderá adquirir novos lampejos de uma fé mais profunda. Aqui ele poderá aprender a olhar além das alternativas inadequadas que lhe são oferecidas, habitualmente, a do liberalismo que só vai até o ponto atual, a do coletivismo, total ou nenhum, a da simples negação do individualismo, pois todas elas tendem a fazer de algum sistema econômico desideratum básico, e somente quando descobrimos o primado da sociedade, a unidade coerente inclusive da interdependência humana, é que podemos esperar transcender as perplexidades e as contradições de nossos tempos.

R. M. MacIver

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

O SISTEMA INTERNACIONAL

1
CEM ANOS DE PAZ

A civilização do século XIX ruiu. Este livro se preocupa com as origens política e econômica desse acontecimento, bem como com a grande transformação que daí decorreu.

A civilização do século XIX se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas, duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização.

Dentre essas instituições o padrão-ouro provou ser crucial: sua queda revelou-se a causa mais aproximada da catástrofe. Por ocasião da sua derrocada, a maior parte das outras instituições tinham sido sacrificadas, num vão esforço para salvá-la.

Todavia, a fonte e matriz do sistema foi o mercado auto-regulável. Foi essa inovação que deu origem a uma civilização específica. O padrão-ouro foi apenas uma tentativa de ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional; o sistema de equilíbrio de poder foi uma super estrutura erigida sobre o padrão-ouro e parcialmente nele fundamentada; o estado liberal foi, ele mesmo, uma criação do rnercado auto-regulável. A chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado.

Nossa tese é que a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas elas prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira. Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nela se baseava.

Uma tal explicação de uma das crises mais profundas na história do homem pode parecer demasiado simples. Nada pareceria mais inepto do que tentar reduzir uma civilização, sua substância e ethos, a um número rígido de instituições, selecionar uma delas como fundamental e passar a argumentar sobre a inevitável auto destruição da civilização em conseqüência de alguma qualidade técnica de sua organização econômica. As civilizações, como a própria vida, resultam da interação de um grande número de fatores independentes, os quais, como regra, não se reduzem a instituições circunscritas. Na verdade, procurar traçar o mecanismo institucional da queda de uma civilização pode parecer uma tarefa irrealizável.

Todavia, é isto o que estamos nos propondo. Ao fazê-lo, estamos conscientemente ajustando nosso objetivo à extrema singularidade do assunto. A civilização do século XIX foi única, de fato, precisamente porque ela se centralizou num mecanismo institucional definido.

Nenhuma explicação poderá satisfazer se não levar em conta a rapidez do cataclisma. Como se as forças da mudança estivessem sendo contidas durante um século, uma torrente de acontecimentos se precipita sobre a humanidade. Uma transformação social de alcance planetário é coroada por guerras de um tipo sem precedente, nas quais uma série de estados entra em colapso e os contornos de novos impérios se delineiam num mar de sangue. Entretanto, esse fato de violência demoníaca é apenas sobreposto numa corrente rápida e silenciosa de mudança que engole o passado muitas vezes sem sequer uma marola na superfície. Uma análise racional da catástrofe deve levar em conta tanto a ação tempestuosa como a tranqüila dissolução.

Este não é um trabalho histórico; o que estamos buscando não é uma seqüência convincente de acontecimentos importantes, mas uma explicação da sua orientação em termos de instituições humanas. Sentimo-nos,

pois, à vontade em lidar com as cenas do passado com o único objetivo de lançar luz sobre assuntos do presente; faremos analises detalhadas de períodos críticos e abandonaremos quase que por completo os períodos de tempo que os ligaram; invadiremos o campo de diversas disciplinas perseguindo este simples objetivo.

Trataremos, primeiro, do colapso do sistema internacional. Tentaremos mostrar que o sistema de equilíbrio de poder não poderia assegurar a paz, uma vez fracassada a economia mundial sobre a qual repousava. Isto responde pela forma abrupta com que a ruptura ocorreu, a inconcebível rapidez da dissolução.

Entretanto, se a queda da nossa civilização foi regulada pelo fracasso da economia mundial, ela certamente não foi causada por ela. Suas origens estão há mais de cem anos atrás, na convulsão social e tecnológica a partir da qual surgiu na Europa Ocidental a idéia de um mercado auto-regulável. O fim dessa aventura ocorreu em nossa época - ela encerra um estágio na história da civilização industrial.

Na parte final do livro trataremos do mecanismo que governou a mudança social e nacional em nossa época. De um modo mais amplo, acreditamos que a condição atual do homem pode ser definida em termos das origens institucionais da crise.

O século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos - 1815- 1914. Além da Guerra da Criméia - um acontecimento mais ou menos. colonial - a Inglaterra, a França, a Prússia, a Áustria, a Itália e a Rússia estiveram em guerra uns com os outros apenas durante dezoito meses. Computando as cifras comparativas dos dois séculos anteriores, temos uma média de sessenta a setenta anos de grandes guerras para cada um. Entretanto, mesmo a mais violenta dentre as conflagrações do século XIX, a Guerra Franco-Prussiana, de 1870-1871, terminou em menos de um ano, e a nação derrotada teve condições de pagar uma soma sem precedentes como indenização de guerra, sem que isto incidisse em qualquer perturbação para as moedas existentes.

Esse triunfo de um pacifismo pragmático certamente não foi o resultado de uma ausência de causas graves do conflito. Alterações quase que contínuas nas condições internas e externas de nações poderosas e grandes impérios acompanharam esse cortejo conciliador. Durante a primeira parte do século, guerras civis, intervenções revolucionárias e anti-revolucionárias estavam na ordem do dia. Na Espanha, milhares de tropas sob a direção do Duque d'Angoulème invadiram Cádiz; na Hungria, a revolução magiar ameaçou derrotar o próprio

imperador numa batalha regular e só foi vencida finalmente por um exército russo que lutou em solo húngaro. Intervenções armadas nas regiões germânicas, na Bélgica, Polônia, Suiça, Dinamarca e Veneza marcaram a onipresença da Santa Aliança.

Durante a segunda metade do século, foi instaurada a dinâmica do progresso; o império otomano, o egípcio e o xerifado ruiram ou oram desmembrados; a China foi forçada a abrir suas portas ao estrangeiro por exércitos invasores e, num assalto gigantesco, o continente da África foi partilhado. Simultaneamente, duas potências assumem importância mundial: os Estados Unidos e a Rússia. A unidade nacional foi alcançada na Alemanha e na Itália; Bélgica, Grécia, Rumânia, Bulgária, Sérvia e Hungria assumiram, ou reassumiram, seus lugares de estados soberanos no mapa da Europa. Uma série quase incessante de guerras abertas acompanharam o trajeto da civilização industrial nos domínios das culturas ultrapassadas ou dos povos primitivos. As conquistas militares da Rússia na Ásia Central, as inúmeras guerras da Inglaterra na Índia e na África, as explorações da França no Egito, Argélia, Túnis, Síria, Madagáscar, Indochina e Sião levantaram entre as Potências questões que, normalmente, só seriam arbitradas pela força. Entretanto, cada um desses conflitos em particular foi circunscrito e numerosas outras situações de mudança violenta foram resolvidas pela ação conjunta ou amortecidas num compromisso tácito entre as Grandes Potências. O resultado era o mesmo, independendo da mudança dos métodos. Enquanto na primeira parte do século o constitucionalismo foi banido e a Santa Aliança suprimiu a liberdade em nome da paz, durante a outra metade e novamente em nome da paz - as constituições foram impingidas a déspotas turbulentos por banqueiros de visão comercial. Assim, sob as formas variadas e ideologias mutáveis - às vezes em nome do progresso e da liberdade, às vezes pela autoridade do trono e do altar, às vezes graças às bolsas de valores e aos livros de cheque, às vezes por corrupção e suborno, às vezes por argumentos morais e apelos iluministas, às vezes à custa de bordoadas e de baionetas - o resultado conseguido era sempre o mesmo, e a paz foi preservada.

Esse acontecimento quase miraculoso foi conseqüência do equilíbrio do poder que, aqui, atingiu um resultado normalmente estranho a ele. Pela sua natureza, esse equilíbrio geralmente resulta em algo inteiramente diferente, isto é, sobrevivência das unidades de poder envolvidas. De fato, ele apenas postula que três ou mais unidades capazes de exercer poder atuarão sempre de forma a combinar o poder das unidades mais fracas contra qualquer incremento de poder do mais forte. Na

esfera da história universal, o equilíbrio de poder se preocupava com os estados cuja independência lhe convinha manter. Entretanto, esse objetivo só era atingido por guerras contínuas entre sócios mutáveis. A prática dos antigos gregos ou das cidades-estado da Itália do norte constituem um bom exemplo; foram as guerras entre grupos 'mutáveis de combatentes que mantiveram a independência desses estados durante longos períodos. O mesmo princípio resguardou por mais de duzentos anos a soberania dos estados que formaram a Europa à época do Tratado de Münster, e de Westpbalia (1648). Quando, setenta e cinco anos mais tarde, pelo Tratado de Utrecht, os signatários declararam sua adesão formal a esse princípio, eles o incorporaram a um sistema, estabelecendo, assim, garantias mútuas de sobrevivência, tanto para o forte como para o fraco, por meio de guerra. O fato de que, no século XIX, o mesmo mecanismo tenha resultado em paz, ao invés de guerra, é um problema que desafia o historiador.

O fator inteiramente novo, calculamos, foi a emergência de um forte interesse peJa paz.Tradicionalmente, tal interesse era visto como externo ao escopo do sistema estatal. A paz, com os seus corolários de artes e engenhos, fazia parte dos simples adornos da vida. A Igreja podia orar tanto pela paz como por uma colheita abundante mas, na esfera de atuação do estado, ela iria defender uma intervenção armada. Os governos subordinavam a paz à segurança e soberania, isto é, a intentos que não podiam ser alcançados a não ser recorrendo-se a meios drásticos. Poucas coisas eram vistas como mais prejudiciais a uma comunidade do que a existência, em seu meio, de um interesse organizado pela paz. Ainda na segunda metade do século XVIII, J.J. Rousseau denunciava as corporações de ofício por falta de patriotismo, sob suspeita de que elas preferiam a paz à liberdade.

Após 1815, a mudança é súbita e completa. A repercussão da Revolução Francesa reforçou a maré montante da Revolução Industrial, estabelecendo os negócios pacíficos como um interesse universal. Metternich proclamava que o que os povos da Europa desejavam não era a liberdade mas a paz. Gentz chamava os patriotas de novos bárbaros. A Igreja e o trono iniciaram a desnacionalização da Europa. Seus argumentos encontravam apoio tanto na ferocidade das recentes formas populares de revolta como no realce tremendo do valor da paz sob a economia nascente.

Os que apoiavam o novo "interesse pela paz" eram, como de hábito, aqueles que mais se beneficiavam com ela, isto é, aquele cartel de dinastias e feudalistas cujas posições patrimoniais eram ameaçadas pela

onda revolucionária de patriotismo que avassala o continente. Desta forma, por um período aproximado de um terço de século, a Santa Aliança forneceu a força coerciva e o ímpeto ideológico necessário a uma política de paz atuante; seus exércitos percorriam a Europa em todas as direções, esmagando minorias e reprimindo maiorias. De 1846 até cerca de 1871 - "um dos quartos de século mais confusos e atravancados da história européias"[1] - a paz foi estabelecida com menos segurança, enquanto a força declinante da reação enfrentava a crescente força da industrialização. No quarto de século que se segue à Guerra Franco-Prussiana, encontramos redivivo o interesse pela paz representado por aquela nova e poderosa entidade, o Concerto da Europa.

Entretanto, os interesses, como as intenções, permanecem necessariamente platônicos a menos que sejam transladados para a política por meio de algum instrumental social. Aparentemente faltava um tal veículo de realização; tanto a Santa Aliança como o Concerto da Europa eram, na verdade, meros agrupamentos de estados soberanos independentes e, portanto, sujeitos ao equilíbrio-de-poder e seu mecanismo de guerra. Como foi mantida a paz então?

É verdade que qualquer sistema de equilíbrio-de-poder procurará impedir guerras como as que ocorrem quando uma nação deixa de prever o realinhamento de poderes que resultará da sua tentativa de alterar o status quo. Foram exemplos famosos a tentativa de dissuasão de Bismarck na campanha da imprensa contra a França, em 1875, quanto à intervenção russa e britânica (o auxílio da Áustria à França era contado como certo). Nesta ocasião o Concerto da Europa agiu contra a Alemanha, que se viu isolada. Em 1877-1878 a Alemanha foi incapaz de impedir a Guerra Russo-Turca, mas teve sucesso em circunscrevê-Ia apoiando o ciúme da Inglaterra quanto à movimentação russa em direção aos Dardanelos; a Alemanha e a Inglaterra apoiaram a Turquia contra a Rússia - e assim salvaram a paz. No Congresso de Berlim foi elaborado um plano, a longo prazo, para a liquidação das possessões européias do Império Otornano; isto resultou no impedimento de guerras entre as Grandes Potências, a despeito de todas as mudanças subseqüentes no status quo, uma vez que todas as partes envolvidas podiam estar certas, antecipadamente, das forças com as quais iriam se defrontar numa batalha. Nestes exemplos, a paz era um subproduto bem-vindo do sistema de equilíbrio-de-poder.

[1] Sontag, R. J., *European Diplomatic History, 1871-1932, 1933.*

Algumas vezes evitavam-se as guerras removendo deliberadamente as suas causas, se isto envolvia apenas o destino de potências pequenas. Controlavam-se as pequenas nações e impedia-se que perturbassem o status quo de qualquer forma que pudesse precipitar uma guerra. A invasão holandesa da Bélgica, em 1831, levou à neutralização daquele país na ocasião. Em 1855 a Noruega também foi neutralizada. Em 1867 o Luxemburgo foi vendido à França pela Holanda; a Alemanha protestou e o Luxemburgo foi neutralizado. Em 1856, a integridade do Império Otomano foi declarada essencial para o equilíbrio da Europa e o Concerto da Europa procurou sustentar aquele império; após 1878, quando sua desintegração foi considerada essencial para aquele equilíbrio, promoveu-se o seu desmembramento da mesma maneira ordenada, embora em ambos os casos a decisão significasse vida e morte para inúmeros pequenos povos. Entre 1852 e 1863 foi a Dinamarca, e entre 1851 e 1856 foram as Alemanhas que ameaçaram perturbar o equilíbrio, e em cada um dos casos os pequenos estados foram forçados a se conformar pelas Grandes Potências. Nesses exemplos, a liberdade de ação a elas oferecida pelo sistema foi usada pelas Potências para alcançar um interesse conjunto - que aconteceu ser a paz.

Mas existe uma diferença muito grande entre evitar ocasionalmente as guerras, quer pelo esclarecimento oportuno da situação de poder, quer pela coação aos pequenos estados, e o fato concreto da Paz dos Cem Anos. O desequilíbrio internacional pode ocorrer por inúmeras razões - desde um romance dinástico até o aterro de um estuário, desde uma controvérsia teológica a uma invenção tecnológica. O simples crescimento da riqueza e da população, ou, eventualmente, o seu decréscimo, pode pôr as forças políticas em movimento e o equilíbrio externo refletirá o interno, invariavelmente. Mesmo um sistema organizado de equilíbrio-de-poder só pode assegurar a paz, sem a ameaça permanente da guerra, se puder atuar diretamente sobre esses fatores internos e impedir o desequilíbrio in status nascendi. Uma vez que esse desequilíbrio tome impulso, só a força poderá endireitá-lo. É apenas senso comum afirmar que para se garantir a paz deve-se eliminar as causas da guerra; entretanto, nem sempre se compreende que, para fazê-lo, o fluxo da vida tem que ser controlado na sua fonte.

A Santa Aliança conseguir realizar isto com a ajuda de instrumentos peculiares a ela. Os reis e as aristocracias da Europa formaram uma internacional de parentesco, e a Igreja Católica forneceu-lhes um serviço civil voluntário que ia do nível mais alto até o mais baixo na escala social da

Europa do Sul e Central. As hierarquias de sangue e de direito divino se fundiram num instrumento de governo localmente efetivo, que precisava apenas ser suplementado pela força para garantir a paz continental.

Entretanto, o Concerto da Europa, que a substituiu, que substituiu, não dispunha dos tentáculos feudais e clericais; quando muito, chegava a ser uma federação frouxa que não se comparava, em coerência, à obra-prima de Metternich. Uma reunião das Potências só podia ser organizada em raras ocasiões, e seus ciúmes davam grande margem a intrigas, a contradições e à sabotagem diplomática; uma atuação militar conjunta passou a ser rara. E, no entanto, o que a Santa Aliança, como toda a sua unidade de pensamento e propósitos, só conseguiu alcançar na Europa com a ajuda de freqüentes intervenções armadas, foi alcançado aqui em escala mundial por uma entidade difusa chamada Concerto da Europa, com a ajuda muito menos freqüente e opressiva do uso da força. Para tentar explicar este feito surpreendente, temos que procurar algum poderoso instrumental social ainda não descoberto, atuante nesse novo ambiente, e que podia desempenhar o papel anterior as dinastia e dos episcopados e tornar efetivo o interesse pela paz. Esse fator anônimo foi a haute finance.

Ainda não foi levada a efeito qualquer pesquisa mais ampla sobre a natureza do banco[*] internacional no século XIX; essa instituição misteriosa emergiu pouco no chiaroscuro da mitologia político-econômica[2]. Alguns alegaram que ela era apenas a ferramenta dos governos; outros, que os governos eram os instrumentos da sua inesgotável sede de lucros; outros, ainda, que se tratava da semente da discórdia internacional; outros, que era o veículo de um cosmopolitismo efeminado que minava a força das nações viris. Nenhum desses argumentos é totalmente errado. A *haute finance*, uma instituição sui generis, peculiar ao último terço do século XIX e ao primeiro terço do século XX, funcionou nesse período como o elo principal entre a organização política e a econômica do mundo. Ela forneceu os instrumentos ara um sistema internacional de paz, que foi elabora o com a ajuda das Potências, mas que essas mesmas potências não poderiam ter estabelecido ou mantido. Enquanto o Concerto da Europa atuava apenas durante intervalos, a *haute finance* funcionava como agência permanente, do tipo elástico.

---

[*] Em inglês, “banking”, com o sentido de “negócios bancários”. (N. do R.)

[2] Féis, H., *Europe, the World’s Banker, 1870-1940, 1930,* uma obra que seguimos textualmente muitas vezes.

Independente de governos particulares mesmo os mais poderosos, estava em contato com todos; independente dos bancos centrais, mesmo do Banco da Inglaterra, estava estreitamente ligada a eles. Havia um contato íntimo entre a finança e a diploma; nenhuma delas levava em consideração planos a longo prazo, tanto de paz como de guerra, sem ter a certeza da boa vontade do outro. Todavia, o segredo do sucesso na manutenção de uma paz geral repousava, sem dúvida, na posição, organização e técnicas de finança internacional.

Tanto o pessoal como as motivações desse organismo singular investiam-no de um status cujas raízes estavam seguramente cravadas na esfera privada do interesse estritamente comercial. Os Rothschilds não estavam submetidos a nenhum governo; como família, eles incorporavam o princípio abstrato do internacionalismo; sua lealdade era para com uma firma, cujo crédito se tornara o único elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento. Em última instância, sua independência se originava das necessidades da época, que exigia um agente soberano, digno da confiança tanto dos estadistas nacionais como do investidor internacional. Para esta necessidade vital, a extraterritorialidade metafísica de uma dinastia de banqueiros judeus domiciliada nas capitais da Europa oferecia uma solução quase perfeita. Eles não eram realmente pacifistas; haviam feito sua fortuna financiando guerras; eram impermeáveis a qualquer consideração moral; não faziam objeção a qualquer número de guerras, pequenas, breves ou localizadas. Entretanto, seu negócio seria prejudicado se uma guerra generalizada entre as Grandes Potências interferisse com as fundações monetárias do sistema. Pela lógica dos fatos, coube a eles manter os requisitos da paz geral em meio à transformação revolucionária a que foram submetidos os povos do planeta.

Organizacionalmente, a *haute finance* foi o núcleo de uma das mais complexas instituições que a história do homem já produziu. Apesar de transitória, ela só é comparável, em universalidade e pela profusão de formas e instrumentos, com o montante das atividades humanas na indústria e no comércio do qual se tornou, de alguma forma, o espelho e o reverso. Além do centro internacional, a haute finance propriamente dita, havia uma meia dúzia de centros nacionais gravitando em torno dos seus bancos de emissões e bolsas de valores. Os banqueiros internacionais não se limitavam a financiar governos suas aventuras de guerra e paz; faziam investimentos externos na indústria, nos serviços públicos e bancos, bem como empréstimos a longo prazo a corporações públicas

e particulares fora do país. A finança nacional, por sua vez, era um microcosmo. Só a Inglaterra contava com meia centena de tipos diferentes de bancos; a organização bancária da França e da Alemanha também era específica. Em cada um desses países, as práticas do seu Tesouro e suas relações com a finança particular variavam nas forças mais marcantes e, muitas vezes, as mais sutis no que se referia aos detalhes. O mercado de dinheiro lidava com uma quantidade de contas comerciais, aceites estrangeiros, documentos financeiros propriamente ditos, bem como títulos nominais e outras facilidades nas bolsas de valores. O padrão era controlado por uma variedade infinita de grupos nacionais e personalidades, cada um deles com seu tipo peculiar de prestígio e destaque, autoridade e lealdade, sua capacidade de dinheiro e contato, de patronato e de aura social.

A haute finance não foi instituída como instrumento de paz; essa função lhe foi atribuída por acidente, como diriam os historiadores, enquanto os sociólogos talvez preferissem chamá-Ia lei da disponibilidade. O objetivo da haute finance era o lucro; para atingi-lo era necessário um bom relacionamento com os governos cujo objetivo era o poder e a conquista. Podemos deixar de lado, neste estágio e com bastante segurança, a distinção entre poder político e econômico, entre objetivos econômicos e políticos por parte dos governos. Com efeito, era uma característica dos estados-nação desse período que havia muito pouca realidade numa tal distinção pois, quaisquer que fossem os seus objetivos, os governos procuravam atingi-Ios através da utilização e do incremento do poder nacional. A organização da *haute finance*, por sua vez, era internacional, entretanto, não podia se considerar inteiramente independente da organização nacional. A haute finance, como centro atuante de participação bancária nos sindicatos e consórcios, nos grupos de investimento, de empréstimos estrangeiros ou outras transações de escopo ambicioso, tinha que procurar a cooperação dos bancos nacionais, do capital nacional, da finança nacional. Embora a finança nacional, como regra, fosse menos subserviente ao governo do que a indústria nacional, ela o era o suficiente para fazer com que a finança internacional tivesse interesse em manter contato com os próprios governos. Todavia, na medida em que em virtude da sua posição e dos seus membros, da sua fortuna particular e de suas filiações ela era realmente independente de qualquer governo particular, podia servir a um novo interesse que não possuía qualquer órgão específico próprio, a cujo serviço não havia qualquer outra instituição e que, no entanto, era de vital importância para a comunidade - a paz.

Não uma paz a qualquer preço, nem sequer uma paz ao preço de qualquer ingrediente da independência, soberania, glória adquirida ou aspirações futuras dos poderes envolvidos, mas simplesmente a paz, se fosse possível atingi-Ia sem um tal sacrifício.

E não podia ser de outra maneira. O poder tinha precedência sobre o lucro. Por mais estreitamente que seus domínios se interpenetrassem, era sempre a guerra que estabelecia as leis dos negócios. Desde 1870, por exemplo, a França e a Alemanha eram inimigas. Isto não impedia transações sem compromisso entre elas. Ocasionalmente, formavam-se sindicatos bancários para fins de transação; havia uma participação privada de bancos de investimento alemães em empresas além-fronteira, que não apareciam nas folhas de balanço; no mercado financeiro de empréstimos a curto prazo ocorria o desconto de letras de câmbio e a garantia de empréstimos a curto prazo sobre papéis cola ter ais e comerciais por parte de bancos franceses. Havia o investimento direto, como no caso da união entre o ferro e o coque, ou da fábrica Thyssen na Normandia, porém tais investimentos se restringiam a áreas definidas na França e estavam sob o fogo permanente da crítica tanto de nacionalistas como de socialistas. O investimento direto era mais freqüente nas colônias, como se exemplifica pelos esforços tenazes dos alemães em garantir minérios de teor elevado na Argélia, ou pela estória complicada das participações no Marrocos. Todavia, permanece, ainda, como fato concreto que, depois de 1870, em nenhum momento foi levantada a interdição oficial, embora tácita, sobre os títulos alemães na Bolsa de Paris. A França simplesmente "escolheu não correr o risco de ter a força do capital emprestado”[3] voltada contra ela. A Áustria também era suspeita; na crise do Marrocos de 1905-1906, a interdição foi estendida à Hungria. Os círculos financeiros de Paris pediram a admissão dos títulos húngaros, mas os círculos industriais apoiaram o governo na sua sólida oposição a qualquer concessão a um possível antagonista militar. A rivalidade político-diplomática continuava inquebrantável. Qualquer atuação que pudesse aumentar o presumível potencial inimigo era vetada pelos governos. Superficialmente, mais de uma vez pareceu que o conflito foi dominado, porém os círculos internos estavam convictos de que ele havia sido apenas empurrado para lugares mais profundos sob a superfície de amabilidade.

---

[3] Féis, H., *op.cit.*, p. 201.

Tomemos, por exemplo, as ambições da Alemanha quanto ao Leste. Aqui também a política e a finança se misturavam, no entanto a política prevaleceu. Após um quarto de século de disputas perigosas, a Alemanha e a Inglaterra assinaram um acordo razoável sobre a ferrovia de Bagdá, em junho de 1914 - tarde demais para impedir a grande Guerra, dizem muitas vezes. Outros argumentaram, pelo contrário, que a assinatura do acordo provou, de forma concreta, que a guerra entre Inglaterra e Alemanha não foi causada por um confronto de expansionismo econômico. Nenhuma dessas opiniões se baseia em fatos. Na verdade, o acordo deixou sem resolução o tema mais relevante. A ferrovia alemã não podia prosseguir além de Basra sem o consentimento do governo britânico, e as zonas econômicas do tratado cedo ou tarde levariam a urna colisão frontal. Enquanto isto, as Potências continuavam a preparar-se para o Dia D, que estava mais próximo do que elas mesmas imaginavam.[4]

A finança internacional tinha que enfrentar as ambições conflitantes e as intrigas das grandes e pequenas potências. Seus planos eram subvertidos pelas manobras diplomáticas, seus investimentos a longo prazo eram comprometidos e seus esforços construtivos prejudicados pela sabotagem política e as obstruções em surdina. As organizações bancárias nacionais, sem as quais ela era impotente, agiam muitas vezes como .cúmplices de seus respectivos governos e não se considerava seguro qualquer plano que não levasse em conta, antecipadamente, os despojos de cada participante. Entretanto, o poder financeiro muitas vezes não era vitima mas o beneficiário da diplomacia do dólar, a qual fornecia o aguilhão de aço para a luva de veludo da finança. O sucesso nos negócios sempre envolvia o uso impiedoso da força contra os países' mais fracos, a corrupção desenfreada nos escalões administrativos e o uso de quaisquer meios para atingir os fins familiares à selva colonial e semicolonial. E no entanto, por determinação funcional, coube à haute finance . Impedir as guerras mais generalizadas. A grande maioria dos portadores de títulos governamentais, assim como outros investidores e negociantes, seriam os primeiros perde dores com tais guerras, principalmente se as moedas fossem afetadas. A influência que a *haute finance* exercia sobre as Potências era sempre favorável a urna paz européia. Essa influência foi atuante na medida em que os próprios

[4] Cf. Notas sobre as Fontes.

governos dependiam da sua cooperação em mais de um sentido. Em conseqüência, nunca houve época em que o interesse pela paz não estivesse representado nos conselhos do Concerto da Europa. Se a isto acrescentamos o crescente interesse pela paz dentro de cada nação onde o hábito do investimento havia deitado raízes, começaremos a ver por que pode ocorrer a surpreendente inovação de uma paz armada de dúzias de estados praticamente mobilizados na Europa de 1871 até 1914, sem chegarem ao ponto de uma conflagração esmagadora.

A finança - um dos seus canais de influência - agia como poderoso moderador nos conselhos e na política de uma série de pequenos estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulavam com o crédito e este dependia do bom comportamento. Uma vez que, sob um governo constitucional (e os governos inconstitucionais não eram vistos com bons olhos), o comportamento se reflete no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser isolado da apreciação do orçamento, os governos em débito eram aconselhados a vigiar cuidadosamente seu câmbio e evitar políticas que pudessem se refletir na solidez da posição orçamentária. Essa máxima bastante útil tornava-se uma regra de conduta convincente, uma vez que o país adotasse o padrão-ouro que limitava ao mínimo as flutuações permitidas. O padrão-ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da City de Londres em muitos dos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes a Pax Britannica mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais freqüentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional.

A haute finance assegurava a sua influência, ainda, através da administração não-oficial das finanças de vastas regiões semicoloniais do mundo, inclusive os impérios decadentes do Islã na zona altamente inflamável do ,Oriente Próximo e do Norte da África. Era justamente aqui que O dia de trabalho dos financistas tocava os fatores sutis dos subterrâneos da ordem internacional, e fornecia uma administração de facto para essas regiões conflituosas onde a paz era mais vulnerável. Foi assim que se pôde garantir os numerosos pré-requisitos de investimentos de capital a longo prazo nessas áreas, a despeito de obstáculos quase intransponíveis. A épica história da construção de ferrovias nos Bálcãs, Anatólia, Síria, Pérsia, Egito, Marrocos e China é a história da persistência e de reviravoltas absurdas que lembram um feito semelhante ao do continente norte-americano. O maior perigo que ameaçava os capitalistas da Europa, porém, não era o fracasso tecnológico ou financeiro e sim

a guerra - não uma guerra entre pequenos países (que podia ser facilmente circunscrita), nem a guerra de uma Grande Potência contra um pequeno país (uma ocorrência bastante comum, e freqüentemente conveniente) mas uma guerra generalizada entre as próprias Grandes Potências. A Europa não era um continente vazio e sim o lar de milhões de povos, velhos e novos; cada nova ferrovia tinha que abrir seu caminho através de fronteira de solidez variável, e que podiam ser fatalmente enfraquecidas ou vitalmente reforçadas com o contato. Somente o punho de aço da finança sobre os fracos governos das regiões atrasadas podia impedir a catástrofe. Quando a Turquia fugiu às suas obrigações financeiras, em 1875, imediatamente romperam conflagrações militares que duraram de 1876 até 1878, quando da assinatura do Tratado de Berlim. A paz foi mantida durante trinta e seis anos, a partir daí. Essa paz assombrosa foi implementada pelo Decreto de Muharrem, de 1881, que estabeleceu a "Dette Ottomane" em Constantinopla. Os representantes da haute finance se encarregaram da administração do grosso das finanças turcas. Em numerosos casos eles arquitetaram compromissos entre as Potências; em outros, eles impediram a Turquia de criar dificuldades por sua própria conta; em outros, ainda, eles atuaram simplesmente como agentes políticos das Potências - de um modo geral, serviram aos interesses monetários dos credores e, se assim se pode dizer, dos capitalistas que tentavam auferir lucros naquele país. Essa tarefa se complicou muito com o fato de a Comissão de dívida não ser um organismo representativo dos credores privados, mas um órgão da lei pública européia, no qual a haute finance só tinha representação não-oficial. Mas foi justamente nessa capacidade ambígua que ela se tornou capaz de estreitar o abismo existente entre as organizações política e econômica da época.

O comércio se unira definitivamente à paz. No passado, a organização do comércio fora militar e guerreira; era um conjunto de piratas e bucaneiros, era a caravana armada, o caçador e o que colocava armadilhas, o mercador com a espada, a burguesia armada das cidades, os aventureiros e os exploradores, os plantadores e os conquistadores, os caçadores de homens e os comerciantes de escravos, os exércitos coloniais e os navios fretados. Tudo isto já havia sido esquecido. O comércio dependia agora de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada. Ele exigia a paz e as Grandes Potências se esforçavam por mantê-la. Todavia, o sistema de equilibro-de-poder, como vimos, não podia garantir a paz por si mesmo. Isto foi conseguido pela finança internacional, cuja própria existência incorporava o princípio de uma nova dependência do comércio à paz.

Acostumamo-nos demasiado a pensar na difusão do capitalismo como um processo que pode ser tudo menos pacífico, e no capital financeiro como o principal instigador de inumeráveis crimes coloniais e agressões expansionistas. A associação desse capital com as indústrias pesadas levou Lenin a afirmar que o capital financeiro era responsável pelo imperialismo, principalmente na luta por esferas de influência, concessões, direitos extraterritoriais e as inumeráveis formas de que se valeram as Potências Ocidentais nas regiões atrasadas, a fim de investir em ferrovias, serviços públicos, portos e outros setores permanentes nos quais as suas indústrias pesadas poderiam auferir lucros. É verdade que os negócios e as finanças foram responsáveis por muitas guerras coloniais, mas eles também foram responsáveis pelo fato de ter sido evitada uma grande conflagração. A sua associação com a indústria pesada, embora muito estreita apenas na Alemanha, é responsável por ambas, a guerra e a paz. O capital financeiro, como organização-chave da indústria pesada, associava-se aos vários ramos da indústria de forma muito entrelaçada para permitir que um único grupo determinasse a sua política. A cada interesse favorecido pela guerra correspondiam dezenas de outros que poderiam ser afetados de forma adversa. O capital internacional seria certamente o perdedor, em caso de guerra, porém mesmo a finança nacional só poderia lucrar excepcionalmente, embora auferisse o suficiente, freqüentemente, para financiar as dezenas de guerras coloniais enquanto permanecessem circunscritas. Quase todas as guerras foram organizadas pelos financistas, mas eles também organizaram a paz.

A natureza precisa desse sistema estritamente pragmático, que se resguardava com extremo rigor contra uma guerra generalizada enquanto oferecia negócios pacíficos em meio a uma seqüência interminável de pequenas guerras, fica mais bem demonstrada pelas modificações que ele introduziu na lei internacional. Enquanto o nacionalismo e a indústria tendiam a tornar as guerras mais ferozes e totais, foram criadas salvaguardas efetivas para a continuidade do comércio pacífico em tempo de guerra. Frederico o Grande, se notabilizou por ter recusado, "em represália", em 1752, honrar o empréstimo silesiano devido aos súditos britânicos.[5] "Não foi feita qualquer outra tentativa dessa espécie desde então", disse Hershey. "As guerras da Revolução Francesa nos fornecem os últimos exemplos importantes de confisco de propriedade

---

[5] Hershey, A.S., *Essentials of International Public Law and Organization*, 1927, pp. 565-69.

privada de súditos inimigos encontrados em território beligerante quando do rompimento das hostilidades." Quando irrompeu a Guerra da Criméia, permitiu-se aos comerciantes inimigos abandonar o porto, uma prática à qual aderiram Prússia, França, Rússia, Turquia, Espanha, Japão e os Estados Unidos durante os cinqüenta anos seguintes. Desde o inicio dessa guerra usou-se de grande indulgência no comércio entre os beligerantes. Assim, na Guerra Hispano-Americana, navios neutros com carregamentos de propriedade americana, e que não eram contrabando de guerra, destinavam-se a portos espanhóis. A opinião de que as guerras do século XVIII foram menos destrutivas do que as do século XIX em todos os aspectos é um simples preconceito. No que diz respeito ao status de estrangeiros inimigos, o serviço de empréstimos mantidos por cidadãos inimigos, a propriedade inimiga ou o direito de comerciantes inimigos deixarem os portos, o século XIX revelou uma mudança decisiva em favor de medidas para salvaguardar o sistema econômico em tempo de guerra. Foi no século XX que se reverteu essa tendência.

Assim, a nova organização da vida econômica forneceu o pano de fundo para a Paz dos Cem Anos. No primeiro período, as classes médias nascentes eram principalmente uma força revolucionária que ameaçava a paz, como testemunhamos no levante napoleônico. Foi justamente contra este novo fato de perturbação nacional que a Santa Aliança organizou a sua paz reacionária. No segundo período, a nova economia estava vitoriosa. As classes médias eram agora, elas mesmas, o sustentáculo do interesse na paz, muito mais poderoso do que o de seus predecessores reacionários, e alimentado pelo caráter nacional internacional da nova economia. Entretanto, em ambos os casos o interesse pela paz só se tornou efetivo porque foi capaz de fazer o sistema de equilíbrio-de-poder servir à sua causa, fornecendo àquele sistema os órgãos sociais capazes de lidarem diretamente com as forças internas ativas na área da paz. Sob a Santa Aliança esses órgãos eram o feudalismo e as casas reinantes, apoiados pelo poder espiritual e material da Igreja; sob o Concerto da Europa, eles foram a finança internacional e o sistema bancário nacional a ela aliados. Não há necessidade de exagerar esta distinção. Durante a paz dos Trinta Anos, 1816-1846, a Grã-Bretanha já pressionava pela paz e pelos negócios, e mesmo a Santa Aliança não desdenhava ; ajuda dos Rothschilds. Sob o Concerto da Europa, por sua vez, a finança internacional teve que recorrer, muitas vezes, a seus associados dinásticos e aristocráticos. Todavia, tais fatos apenas servem para fortalecer nosso argumento de que em cada um

dos casos a paz se manteve não apenas através das chancelarias das Grandes Potências mas com a ajuda de agências concretamente organizadas, que agiam a serviço de interesses generalizados. Em outras palavras, o sistema de equilíbrio-de-poder só pôde evitar uma conflagração generalizada com o pano de fundo de uma nova economia. Mas a façanha do Concerto da Europa foi incomparavelmente maior do que a da Santa Aliança. Esta última só manteve a paz numa região limitada, num continente imutável, enquanto a primeira realizou a mesma tarefa em escala mundial enquanto o progresso social e econômico revolucionava o mapa do globo. Esse grande feito político resultou da emergência de uma entidade específica, a haute finance, que foi o elo entre a organização política e a econômica da vida internacional.

Neste ponto, deve ficar claro que a organização da paz repousava sobre a organização econômica. Todavia, as duas eram de consistência muito diferente. Só se pode falar de uma organização de paz política mundial no sentido mais amplo do termo, pois o Concerto da Europa, em sua essência, não era um sistema de paz, mas apenas de soberanias independentes protegidas pelo mecanismo da guerra. O oposto é verdadeiro em relação à organização econômica do mundo. A menos que nos submetamos à prática não-crítica de restringir o termo "organização"a organismos dirigidos de forma centralizada, que atuam através de funcionários próprios, temos que concordar que nada poderia ser mais definido do que os princípios universalmente aceitos sobre os quais essa organização repousa, e nada mais concreto do que seus elementos factuais. Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. Já no último quarto do século XIX, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal das vidas de milhões de camponeses continentais; as flutuações do mercado monetário de Londres eram anotadas diariamente pelos negociantes de todo o mundo, e os governos discutiam os planos para o futuro à luz da situação dos mercados de capitais mundiais. Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana. Como o sistema precisava de paz para funcionar, o equilíbrio-de-poder era organizado para servi-lo. Se se retirasse esse sistema econômico, o interesse pela paz desapareceria da política. Além disso, não havia causa suficiente para esse interesse nem a possibilidade de salvaguardá-lo, mesmo que existisse. O sucesso do Concerto da Europa surgiu da necessidade da nova organização internacional da economia e terminaria, inevitavelmente, com a sua dissolução.

A era de Bismarck (1861-1890) viu o Concerto da Europa na sua melhor forma. Nas duas décadas que se seguiram imediatamente à ascensão da Alemanha à categoria de Grande Potência, ela foi a principal beneficiária do interesse pela paz. Ela forçara seu caminho até as primeira fileiras à custa da Áustria e da França; era vantajoso para ela manter o status quo e evitar a guerra, que poderia ser apenas uma guerra de retaliação contra ela mesma. Bismarck patrocinou deliberadamente a noção de paz como elaboração conjunta das Potências e evitava compromissos que pudessem forçar a Alemanha para fora da sua posição de poder de paz. Ele se opôs a ambições expansionistas nos Bálcãs e no além-mar; utilizou, de modo consistente, a arma do livre comércio contra a Áustria, e até mesmo contra a França; frustrou as ambições da Rússia e da Áustria nos Bálcãs com o auxílio do jogo de equilíbrio-de-poder, mantendo a harmonia com aliados em potencial e evitando situações que poderiam envolver a Alemanha numa guerra. O agressor astuto de 1863-1870 transformou-se no correto honesto de 1878 e no depreciador das aventuras coloniais. Conscienciosamente, ele passou a liderar o que considerava ser a tendência pacífica da época, a fim de servir os interesses nacionais da Alemanha.

Entretanto, no final da década de 1870, o episódio do livre comércio (1846-79) estava no final; a utilização do padrão-ouro pela Alemanha marcou o início de uma er de protecionismo e expansão colonial[6]. Alemanha passava agora a reforçar sua posição através de uma aliança precipitada com a Áustria-Hungria e a Itália; um pouco mais tarde Bismarck perdeu o controle da política do Reich. A partir daí, a Grã-Bretanha passou a ser o líder do interesse pela paz numa Europa que ainda permanecia um grupo de estados soberanos independentes e, portanto, sujeitos ao equilíbrio-de-poder. Na década de 1890, a haute finance estava no seu apogeu e a paz parecia mais segura do que nunca. Os interesses britânicos e franceses diferiam na África; os britânicos e os russos competiam uns com os outros na Ásia, o Concerto, embora capengando, continuava a funcionar. A despeito da Tríplice Aliança, ainda havia mais de duas potências independentes para vigiar uma a outra ciumentamente. Mas isto não durou muito tempo. Em 1904, a Grã-Bretanha fez um acordo espetacular com a França sobre Marrocos, e o Egito; alguns anos mais tarde entrou em acordo com a Rússia sobre

---

[6] Eulenburg, F. "Aussenhandel und Aussenhandelspolitik, em Grundriss der Sozialökonomik, vol. VIII, 1929, p. 209.

a Pérsia, e estava formada a contra-aliança. O Concerto da Europa, essa federação frouxa de potências independentes, foi finalmente substuído por dois agrupamentos de poder hostis; o equilibrio-de-poder, como sistema, chegara a seu final. Com apenas dois grupos de poder em competição, seu mecanismo deixara de funcionar. Não havia mais um terceiro grupo que se unisse a um ou outro para frear aquele que buscasse aumentar o seu poder. Praticamente na mesma época, os sintomas de dissolução das formas existentes de economia mundial rivalidade colonial e competição por mercados exóticos tornaram-se agudos. A habilidade da haute finanbe em contornar a disseminação das guerras diminuía rapidamente. A paz ainda se arrastou durante os sete anos seguintes, mas era apenas uma questão de tempo para que a dissolução da organização econômica do século XIX terminasse com a Paz dos Cem Anos.

À luz desse reconhecimento, a verdadeira natureza da organização econômica altamente artificial sobre a qual repousava a paz assume um significado maior para o historiador.

2
A DÉCADA DE 1920 CONSERVADORA A DÉCADA DE 1930 REVOLUCIONÁRIA

O colapso do padrão-ouro internacional foi o elo invisível entre a desintegração da economia mundial na virada do século e a transformação de toda uma civilização na década de 1930. Enquanto não se avaliar devidamente a importância vital deste fator, não é possível apreciar corretamente tanto o mecanismo que conduziu a Europa ao seu destino como as circunstâncias responsáveis pelo fato estarrecedor das formas e conteúdos de uma civilização repousarem sobre alicerces tão precários.

Não se percebeu a verdadeira natureza do sistema internacional sob o qual vivíamos senão quando ele entrou em colapso. Quase ninguém compreendeu a função política do sistema monetário internacional, e a terrível rapidez da transformação tomou o mundo completamente de surpresa. E, no entanto, o padrão-ouro era o único pilar remanescente da economia mundial tradicional; quando ele ruiu, o resultado teria que ser imediato. Para os economistas liberais, o padrão-ouro era uma instituição puramente econômica; eles se recusavam a vê-lo, sequer, como parte do mecanismo social. Os países democráticos foram, assim, os últimos a compreender a verdadeira natureza da catástrofe, e os mais demorados no combate ao seus efeitos. O cataclisma já desabava sobre eles e seus líderes ainda não conseguiam entender que, por trás do colapso do sistema internacional, existia um longo desenvolvimento no interior dos países mais avançados que tornava anacrônico um tal sistema. Em outras palavras, a falência da própria economia de mercado ainda lhes escapava.

A transformação chegou ainda mais abruptamente do que se poderia imaginar. A Primeira Guerra Mundial e as revoluções de pós-guerra faziam parte do século XIX. O conflito de 1914-1918 apenas precipitou e agravou desmesuradamente uma crise que ele não havia criado. Mas o cerne do dilema ainda não havia sido descoberto nessa época, horrores e as devastações da guerra pareceram aos sobreviventes a fonte óbvia dos obstáculos a uma organização internacional que havia emergido tão inesperadamente. De repente, nem o sistema econômico, nem o sistema político mundial pareciam funcionar, e a explicação parecia estar nos terríveis sofrimentos infligidos à substância da humana pela Primeira Guerra Mundial. Na realidade, os obstáculos à paz e à estabilidade no pós-guerra derivavam das mesmas fontes qual brotara a própria guerra. A dissolução do sistema econômico mundial que se processava desde 1900, foi responsável pela tensão política que explodiu em 1914; a guerra e os tratados posteriores diminuíram superficialmente a tensão eliminando a competição alemã, embora agravassem as causas da tensão e aumentassem, ainda mais acentuadamente, os obstáculos políticos e econômicos para a paz.

Do ponto de vista político, os tratados incluíam uma contradição fatal. Com o desarmamento unilateral das nações derrotadas, eles impediam qualquer reconstrução do sistema de equilíbrio-de-poder, uma vez que o poder é requisito indispensável para um tal sistema. Genebra procurou em vão a restauração de um tal sistema nesse Concerto da Europa mais amplo e aperfeiçoado que se chamou a Liga das Nações. Foram vãs as facilidades de consulta e de ação conjunta oferecidas no Pacto da Liga faltava a precondição essencial das unidades de poder independentes. A Liga nunca chegou a ser realmente instituída; nem o Artigo 16, sobre o cumprimento dos tratados, nem o Artigo 19, sobre a sua revisão pacífica, chegaram a entrar em vigor. A única solução viável para o incandescente problema da paz a restauração sistema de equilíbrio-de-poder estava, assim, completamente fora do alcance, e tanto isto é real que o verdadeiro objetivo dos estadistas mais construtivos da década de 1920 não foi sequer compreendido público, que continuava num estado quase indescritível de confusão. Ante o fato estarrecedor do desarmamento de um grupo de nações, enquanto o outro continuava armado uma situação que impossibilitava qualquer passo construtivo para a organização da paz prevaleceu a atitude emocional de ser a Liga, de alguma forma misteriosa, a precursora de uma era de paz que necessitava apenas de freqüentes encorajamentos verbais para se tornar permanente. Na América do

Norte se difundiu amplamente a idéia de que se a América tivesse feito parte da Liga as coisas seriam totalmente diferentes. Não existe melhor prova do que esta para a falta de compreensão das fraquezas orgânicas do assim chamado sistema do pós-guerra - assim chamado porque, se as palavras têm algum sentido, a Europa não tinha, então, qualquer sistema político. Um simples status quo como esse só pode durar enquanto dura a exaustão física das partes envolvidas; não é de admirar, portanto, que a volta ao sistema do século XIX parecesse o único caminho a seguir. Enquanto isto, o Conselho da Liga poderia ter funcionado ao menos como uma espécie de diretório europeu, semelhante ao Concerto da Europa no seu apogeu, não fosse a regra fatal da unanimidade que indicou o pequeno Estado obstinado como árbitro da paz mundial. O projeto absurdo do desarmamento permanente dos países derrotados impossibilitava qualquer solução construtiva. A única alternativa para essa situação desastrosa era estabelecer uma ordem internacional imbuída de um poder organizado que transcendesse a soberania nacional. Uma tal perspectiva, porém, estava inteiramente fora de cogitação naquela época. Nenhum país da Europa, para não mencionar os Estados Unidos, submeter-se-ia a um tal sistema.

Do ponto de vista econômico, a política de Genebra era muito mais consistente quando pressionava pela restauração da economia mundial como segunda linha de defesa da paz. Mesmo um sistema de equilíbrio-de-poder restabelecido com sucesso só trabalharia pela paz se fosse restaurado o sistema monetário internacional. Na falta de câmbios estáveis e liberdade de comércio, os governos das várias nações, como no passado, veriam a paz como um interesse menor, pelo qual lutariam apenas enquanto ela não interferisse com seus interesses maiores. Woodrow Wilson foi o primeiro, entre os estadistas da época, que parece ter compreendido a interdependência entre a paz e o comércio, não apenas como garantia do comércio, mas também da paz. Não admira, pois, que a Liga lutasse persistentemente para reconstruir a moeda internacional e a organização do crédito como a única salvaguarda possível da paz entre os estados soberanos, e que o mundo dependesse, como nunca antes, da haute finance. J. P. Morgan havia substituído N. M. Rothschild como o demiurgo do século XIX rejuvenescido.

De acordo com os padrões daquele século, a primeira década do pós-guerra surgiu como era revolucionária; à luz da nossa experiência atual ocorreu precisamente o contrário. A intenção daquela época era profundamente conservadora, e expressava a convicção quase universal

de que somente com o restabelecimento do sistema pré-1914, "agora sobre fundações sólidas", poder-se-ia restaurar a paz e a prosperidade. Na verdade, foi justamente pelo fracasso desse esforço de volta ao passado que surgiu a transformação da década de 1930. Embora as revoluções e contra-revoluções dos pós-guerra fossem espetaculares, elas apenas representavam reações mecânicas à derrota militar ou, no máximo, uma reencenação do usual drama liberal e constitucionalista de civilização ocidental no cenário da Europa Central e Oriental. Foi somente na década de 1930 que elementos inteiramente novos penetraram no padrão da história ocidental.

Os levantes e os contralevantes da Europa Central e Oriental na década de 1917 a 1920, a despeito do seu cenário, foram apenas caminhos oblíquos para reerguer regimes que haviam sucumbido nos campos de batalha. Quando se dissolveu a fumaça da contra-revolução, os sistema políticos de Budapeste, Viena e Berlim não eram muito diferentes do que tinham sido antes da guerra. O mesmo ocorreu com a Finlândia, os Estados Bálticos, Polônia, Áustria, Hungria, Bulgária e até mesmo a Itália e a Alemanha até meados da década de 1920. Em alguns países ocorreu um grande progresso em relação à liberdade nacional e à reforma agrária - realizações bastante comuns já na Europa Ocidental desde 1789. Nesse sentido, a Rússia não constitui exceção. A tendência da época era simplesmente estabelecer (ou restabelecer) o sistema comumente associado com os ideais das revoluções inglesa, americana e francesa. Não apenas Hindenburg e Wilson, mas também Lenin e Trotski estavam, nesse sentido amplo, na linha da tradição ocidental.

No início da década de 1930, a mudança surgiu abrupta. Seus marcos foram o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Qüinqüenais na Rússia, o lançamento do New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha, o colapso da Liga em favor de impérios autárquicos. Enquanto no final da guerra os ideais do século XIX eram predominantes e sua influência dominou a década seguinte, já em 1940 havia desaparecido qualquer vestígio do sistema internacional e, à parte enclaves, as nações viviam uma conjuntura internacional inteiramente nova.

A causa primordial da crise, calculamos, foi o trágico colapso do sistema econômico internacional. Desde a virada do século ele vinha funcionando precariamente, e a guerra e os Tratados finalmente destruíram-no. Isto tornou-se aparente na década de 1920, quando dificilmente uma crise interna na Europa não alcançava seu clímax em termos de economia externa. Os estudantes de política agrupavam, então,

os vários países não em termos de continentes, mas de acordo com o grau de aderência deles a uma moeda estável. A Rússia havia assombrado o mundo com a destruição do rublo, cujo valor havia sido reduzido a zero at-ravés, simplesmente, da inflação. A Alemanha repetirá esse gesto desesperado de enganar o Tratado; a expropriação da classe dos arrendatários, que ocorreu na sua esteira, colocou as fundações para a revolução nazista. O prestígio de Genebra deveu-se ao seu sucesso em ajudar a Áustria e a Hungria a restaurarem suas moedas, e Viena tornou-se a Meca dos economistas liberais em virtude de uma operação brilhantemente bem-sucedida no Krone austríaco, à qual o paciente, infelizmente, não sobreviveu. Na Bulgária, Grécia, Finlândia, Letônia, Lituânia, Estônia, Polônia e Rumânia, a restauração da moeda deu condições à contra-revolução de exigir uma participação no poder. Na Bélgica, França e Inglaterra, a esquerda foi alijada em nome dos padrões de segurança da moeda. Uma seqüência quase ininterrupta de crises monetárias ligava os indigentes Bálcãs aos afluentes Estados Unidos, através da conexão elástica de um sistema internacional de crédito que transmitiu a tensão de moedas imperfeitamente restauradas primeiro da Europa Oriental para a Europa Ocidental, depois da Europa Ocidental para os Estados Unidos. Finalmente, os próprios Estados Unidos foram engolfados pelos efeitos de uma estabilização prematura das moedas européias: Começara o colapso final.

O primeiro choque ocorreu dentro de esferas nacionais. Algumas moedas, como a russa, a alemã, a austríaca, a húngara, desapareceram no espaço de um ano. À parte uma taxa sem precedente de câmbio no valor das moedas, ocorreu a circunstância de que esse câmbio tinha lugar numa economia completamente monetarizada. Havia sido introduzido um processo celular na sociedade humana cujos efeitos estavam fora do alcance da experiência. Tanto interna como externamente, moedas de valor minguante significavam uma-ruptura. As nações se viam separadas de seus vizinhos; como por um abismo, enquanto, ao mesmo tempo, os vários estratos da população eram afetados de modos inteiramente diferentes e muitas vezes opostos, A classe média intelectual foi literalmente pauperizada; os tubarões financeiros acumulavam fortunas chocantes. Entrara em cena um fator de uma força incalculável; simultaneamente integradora e desintegradora.

A "fuga do capital" era um novum. Nem em 1848, nem em 1866, e nem mesmo em 1871, registrou-se um tal acontecimento. No entanto, ficou patenteo papel vital que ele desempenhou na queda dos governos

liberais na França, em 1925 e novamente em 1938, bem como no desenvolvimento do movimento fascista na Alemanha em 1930.

A moeda tornou-se o pivô da política nacional. Sob uma economia monetária moderna, ninguém podia deixar de experimentar, diariamente, o encolhimento ou a expansão do bastão financeiro; as populações tornaram-se conscientes de que significava o dinheiro; o efeito da inflação na renda real era descontado adiantadamente pela massas; em todos os lugares, homens e mulheres pareciam ver o dinheiro estável como a necessidade suprema da sociedade humana. Todavia, essa conscientização era inseparável do reconhecimento de que os alicerces da moeda podiam depender de fatores políticos fora das fronteiras nacionais. Assim, o bouleversement social, que abalou a confiança na estabilidade inerente ao meio monetário, abalou também o conceito ingênuo da soberania financeira numa economia interdependente. Daí em diante, as crises internas associadas à moeda tenderiam a levantar graves problemas externos.

A crença no padrão-ouro tornou-se a religião daquele tempo. Para alguns ela representava um credo ingênuo, para outros, uma crença crítica, para outros, ainda, um credo satânico que implicava a aceitação da carne e na rejeição do espírito. E no entanto, a crença em si era a mesma, isto é, de que as notas bancárias tinham valor porque elas representavam o ouro. Não fazia diferença, então, se o próprio ouro tinha valor pelo fato de incorporar trabalho, como diziam os socialistas, ou pelo fato de ser útil e escasso, como afirmava a doutrina ortodoxa. A guerra entre o céu e o inferno ignorava o tema dinheiro, deixando milagrosamente unidos capitalistas e socialistas. Onde Ricardo e Marx tinham a mesma opinião, o século XIX não conheceu a dúvida. Bismarck e Lassalle, John Stuart Mill e Henry George, Philip Snowden e Calvin Coolidge, Misese Trotski aceitaram igualmente essa fé. Karl Marx usou de grande empenho para demonstrar que os talões de trabalho utópicos de Proudhon (que deveriam substituir a moeda) eram baseados numa auto-ilusão, e o Das Kapital apresentou a teoria da mercadoria-dinheiro na sua forma ricardiana. O russo bolchevista Sokolnikoff foi o primeiro estadista pós-guerra a restaurar o valor da moeda do seu país em termos de ouro; o social-democrata alemão Hilferding pôs seu partido em perigo ao defender ardorosamente os princípios da moeda estável; o social-democrata austríaco Otto Bauer apoiou os princípios monetários subjacentes à restauração do Krone tentada pelo seu implacável adversário Seipel; o socialista inglês Philip Snowden voltou-se contra o trabalhismo acreditando que a libra esterlina

não estava a salvo nas suas mãos; e o Duce manteve o valor-ouro da lira em 90 gravado em pedra e afirmou que morreria em sua defesa. Seria difícil encontrar qualquer divergência a esse respeito entre os pronunciamentos de Hoover e Lenin, Churchill e Mussolini. Na verdade, a essencialidade do padrão-ouro para o funcionamento do sistema econômico internacional da época era o dogma primeiro e único comum aos homens de todas as nações, de todas as classes, de todas as religiões e filosofias sociais. Era a única realidade invisível à qual podia se apegar a vontade de viver, quando a humanidade se encontrava a braços, ela mesma, com a tarefa de restaurar sua existência em frangalhos.

O esforço, que fracassou, foi o mais compreensivo a que o mundo já assistiu. A estabilização de moedas praticamente arrasadas na Áustria, Hungria, Bulgária, Finlândia, Rumânia ou Grécia não foi apenas um ato de fé por parte desses países pequenos e fracos, que literalmente passaram fome para alcançar as margens do ouro, mas foi também uma aprovação severa para seus poderosos e ricos patrocinadores - os vitoriosos da Europa Ocidental. Enquanto as moedas dos vitoriosos flutuavam, a pressão não se tornou aparente; eles continuavam a fazer empréstimo externos como antes da guerra e, assim, ajudavam a manter as economias das nações derrotadas. Entretanto, quando a Grã-Bretanha e a França reverteram ao ouro, a carga dos seus câmbios estabilizados passou a contar. Eventualmente, uma preocupação silenciosa quanto à segurança da libra passou a ser marcante no principal país do ouro, os Estados Unidos. Essa preocupação, que atravessou o Atlântico, acabou trazendo a América, inesperadamente, para a zona de perigo. O ponto parece apenas técnico, porém deve ser entendido claramente. O apoio americano à libra esterlina em 1927 significava baixas taxas de juros em Nova York, a fim de impedir grandes movimentos de capital de Londres para Nova York. O Federal Reserve Board assumiu um compromisso com o Banco da Inglaterra para manter baixos os seus juros. Mas chegou o momento em que a própria América precisou de juros altos, pois o seu próprio sistema de preços começou a ser perigosamente inflacionado (esse fato foi obscurecido pela existência de um nível de preços estável, mantido a despeito de custos tremendamente diminuídos). Quando o balanço habitual do pêndulo, após sete anos de prosperidade, resultou no crack de 1929, já longamente retardado, as coisas se agravaram intensamente pelo estado vigente de criptoinflação. Os devedores, extenuados pela deflação, puderam ver o colapso do credor inflado. Foi um portento. A América, num gesto instintivo de libertação, abandonou

o padrão-ouro em 1933, desaparecendo, assim, o último vestígio da economia mundial tradicional. Embora muito pouca gente pudesse discernir naquela época o significado mais profundo do acontecimento, a história imediatamente reverteu a sua tendência.

Durante mais de uma década, a restauração do padrão-ouro havia sido o símbolo da solidariedade mundial. Realizaram-se inúmeras reuniões, de Bruxelas a Spa e Genebra, de Londres a Locarno e Lausanne, para atingir as precondições políticas necessárias a moedas estáveis. A própria Liga da Nações foi acrescida da uma Organização Internacional do Trabalho, em parte para uniformizar as condições de competição entre as nações de tal forma que o comércio pudesse ser liberado sem perigo para os padrões de vida. A moeda estava no cerne das campanhas lançadas por Wall Street para superar o problema das transferências e para, primeiro, comercializar e, depois, mobilizar as reparações. Genebra atuou como o patrocinador de um processo de reabilitação no qual a pressão conjunta da City de Londres e dos puristas monetários neodássicos de Viena foi posta a serviço do padrão-ouro. Todo o esforço internacional foi dirigido a esse objetivo, finalmente, enquanto os governos nacionais, como regra, acomodavam suas políticas à necessidade de salvaguardar a moeda, particularmente aquelas políticas que se preocupavam com o comércio exterior, empréstimos, assuntos bancários e câmbio. Embora todos concordassem que as moedas estáveis dependiam, em última instância, do comércio exterior, todos, a não ser os adeptos dogmáticos do livre comércio, sabiam também que deveriam ser tomadas medidas imediatas, as quais iriam restringir, inevitavelmente, o comércio exterior e os pagamentos externos na maioria dos países. Desenvolveram-se cotas de importação, moratórias e acordos imobilizados, sistemas de compensação e tratados comerciais bilaterais, acordos de permuta, embargos de exportações de capital, controles do comércio exterior e equalizações dos fundos cambiais para fazer face ao mesmo conjunto de circunstâncias. O incubus da auto-suficiência, no entanto, perseguia as medidas tomadas para a proteção da moeda. Embora a intenção fosse a liberdade de comércio, o resultado foi seu estrangulamento. Ao invés de ganhar acesso aos mercados do mundo, os governos, por seus próprios atos, estavam barrando seus países de qualquer nexo internacional, e sacrifícios cada vez maiores passaram a ser exigidos para manter pelo menos um fluxo mínimo de comércio. Os esforços frenéticos para proteger o valor externo da moeda como meio de comércio exterior levaram os povos, mesmo contra a sua vontade, a uma economia autárquica. Todo o arsenal

de medidas restritivas, que se constituía num afastamento radical da economia tradicional, foi na verdade o resultado dos propósitos conservadores do livre comércio.

Essa tendência reverteu abruptamente com a queda' final do padrão-ouro. Os sacrifícios feitos para restaurá-lo tinham que ser feitos novamente para que pudéssemos viver sem ele. As mesmas instituições que haviam sido destinadas a reprimir a vida e o comércio para manter um sistema de moedas estáveis eram agora utilizadas para ajustar a vida industrial à ausência permanente de um tal sistema. Talvez seja por isto que a estrutura mecânica e tecnológica da indústria moderna tenha sobrevivido ao impacto do colapso do padrão-ouro. Assim, na luta para preservá-lo, o mundo vinha se preparando inconscientemente para o tipo de esforço e o tipo de organização necessários para se adaptar à sua perda. Entretanto, a intenção agora era inteiramente oposta; nos países que mais sofreram durante a prolongada luta pelo inatingível, forças titânicas se desprenderam como reação. Nem a Liga das Nações, nem a *haute finance* internacional sobreviveram ao padrão-ouro; com o seu desaparecimento, tanto o interesse organizado pela paz, representado pela Liga, como os seus instrumentos principais de atuação - os Rothschilds e os Morgans - desapareceram da política. A ruptura do fio de ouro foi o sinal de uma revolução mundial.

Entretanto, a quebra do padrão-ouro nada mais fez do que estabelecer a data de um acontecimento demasiado grande para ser causado por ele. Nada menos do que uma destruição completa das instituições da sociedade do século XIX acompanhou a crise em grande parte do mundo, e em todos os lugares essas instituições foram modificadas e reformuladas além de todo o reconhecimento. Em muitos países o estado liberal foi substituído por ditaduras totalitárias e a instituição central do século produção baseada em mercados livres - foi substituída por novas formas de economia. Enquanto grandes nações reconstruíram o próprio molde do seu pensamento e se lançavam à guerra para escravizar o mundo em nome de concepções até então desconhecidas sobre a natureza do universo, nações ainda maiores corriam em defesa da liberdade, que passou a adquirir em suas mãos um significado igualmente ainda não-conhecido fracasso do sistema internacional, embora tivesse acionado a transformação, certamente não poderia ter sido responsável pela sua profundidade e conteúdo. Embora possamos compreender por que tudo aconteceu subitamente, ainda estamos no escuro quanto ao que motivou tudo isto.

Não foi por acidente que a transformação se fez acompanhar de guerras numa escala sem precedentes. A história estava acionada para uma mudança social; o destino das nações estava ligado a seu papel numa transformação institucional. Uma tal simbiose não é excepcional na história; embora os grupos nacionais e as instituições sociais tenham origens próprias, eles tendem a se acoplarem uns aos outros na sua luta pela sobrevivência. Um exemplo famoso de uma tal simbiose uniu o capitalismo e as nações marítimas do Atlântico. A Revolução Comercial, tão estreitamente ligada à ascensão do capitalismo, tornou-se o veículo-de-poder para Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos, e cada uma delas se beneficiou das oportunidades oferecidas por aquele movimento amplo e bem arraigado enquanto, de outro lado, o próprio capitalismo se expandia pelo planeta através da instrumentalidade dessas Potências ascendentes.

A lei se aplica também ao seu reverso. Uma nação pode ser prejudicada na sua luta pela sobrevivência pelo fato de suas instituições, ou algumas delas, pertencerem a um tipo que pode estar em declínio - o padrão-ouro na Segunda Guerra Mundial foi um exemplo de um tal organismo antiquado. Por outro lado, países que, por razões próprias, se opõem ao status quo, podem descobrir rapidamente as fraquezas da ordem institucional vigente e antecipar a criação de instituições mais bem adaptadas a seus interesses. Tais grupos estariam empurrando aquilo que está caindo e se apoiando naquilo que vem chegando com as suas próprias forças. Poderia parecer, então, que eles teriam dado origem ao processo de mudança social quando, na verdade, eles foram apenas os seus beneficiários, e poderiam até estar desviando a tendência ara servir a seus próprios objetivos.

Assim a Alemanha, uma vez derrotada, estava em posição de reconhecer as falhas ocultas na ordem do século XIX, e empregar esse conhecimento para apressar a destruição de tal ordem. Pode-se atribuir até uma espécie de superioridade intelectual sinistra àqueles dentre os seus estadistas da década de 1930 que se voltaram para essa tarefa de destruição, e essa tarefa algumas vezes abrangeu o desenvolvimento de novos métodos de finanças, comércio, guerra e organização social, no decurso da sua tentativa de forçar as coisas a ingressarem no caminho da sua política Todavia, esses problemas definitivamente não foram criados pelos governos que os encamparam como vantagens; eles eram reais - dados objetivamente - e permanecerão conosco qualquer que seja o destino dos países individuais. Mais uma vez, torna-se aparente a distinção entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais: a primeira

ainda era fiel ao tipo do século XIX - um simples conflito de poderes, acionado pelo colapso do sistema de equilíbrio-de-poder, A última já faz parte do levante mundial.

Isto permitir-nos-á destacar as pungentes histórias nacionais do período da transformação social então em progresso. Será fácil ver de que maneira a Alemanha e a Rússia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, como unidades de poder, foram ajudados ou estorvados pela sua relação com o processo social subjacente. O mesmo é verdadeiro também quanto ao próprio processo social: o fascismo e o socialismo encontraram um veículo na ascensão de Potências individuais que ajudaram a difundir O seu credo. A Alemanha e a Rússia, respectivamente, tornaram-se os verdadeiros representantes do fascismo e do socialismo no mundo. O escopo real desses movimentos sociais só pode ser avaliado se o seu caráter transcendental, para o bem ou para o mal, é reconhecido e visto como desligado dos interesses nacionais alistados a seu serviço.

Os papéis que a Alemanha ou a Rússia, a Itália ou o Japão, a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos estão desempenhando na Segunda Guerra Mundial, embora formem parte da história universal, não são a preocupação direta deste livro. O fascismo e o socialismo, porém, foram forças vivas na' transformação institucional que é o seu tema principal. O élan vital que produziu o ímpeto inescrutável dos povos alemão e russo em reclamar uma parcela maior no registro da raça humana deve ser considerado como documento factual das condições sob as quais nossa história se desenrola, enquanto que o teor do fascismo e do socialismo, ou do New Deal, é a parte da própria história.

Isto nos leva à nossa tese que ainda precisa ser provada: que as origens do cataclisma repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado auto-regulável. Uma tese como esta parece investir esse sistema de poderes quase místicos; implica, nem mais nem menos, que o equilíbrio-de-poder, o padrão-ouro e o estado liberal, esses elementos fundamentais da civilização do século XIX, em última análise, foram todos eles modelados por uma matriz comum, o mercado auto-regulável.

A afirmativa parece extrema, ou pelo menos chocante em seu materialismo crasso. Todavia, a peculiaridade da civilização cujo colapso testemunhamos foi, precisamente, o fato dela se basear em fundamentos econômicos. Sem dúvida, outras sociedades e outras civilizações também foram limitadas pelas condições materiais da sua existência este é um traço comum a toda vida humana, na verdade a toda a vida, quer religiosa ou não-religiosa, materialista ou espiritualista.

Todos os tipos de sociedades são limitados por fatores econômicos. Somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente" nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado auto-regulável derivou unicamente desse princípio.

O mecanismo posto em movimento com a motivação do lucro foi comparável, em eficiência, apenas à mais violenta irrupção de fervor religioso na história. No prazo de uma geração, toda a humanidade estava sujeita à sua influência integral. Como é do conhecimento de todos, ele adquiriu a sua maturidade na Inglaterra, na esteira da Revolução Industrial, durante a primeira metade do século XIX. Alcançou o continente e a América do Norte cerca de cinqüenta anos mais tarde. Na Inglaterra, no continente e até mesmo na América do Norte, posteriormente, alternativas similares modelaram os acontecimentos diários em um padrão cujos traços principais eram idênticos em todos os países de civilização ocidental. Para determinar as origens do cataclisma, temos que nos voltar para a ascensão e queda da economia de cercado,

A sociedade de mercados nasceu na Inglaterra - porém foi no continente que a sua fraqueza engendrou as mais trágicas complicações. Para podermos compreender o fascismo alemão, temos que reverter à Inglaterra ricardiana. Nunca é demais enfatizar que o século dezenove foi o século da Inglaterra: a Revolução Industrial foi um acontecimento inglês. A economia de mercado, o livre comércio e o padrão-ouro foram inventos ingleses. Essas instituições irromperam em todos os lugares durante a década de 1920 na Alemanha, na Itália ou na Áustria o acontecimento foi simplesmente mais político e mais dramático. Entretanto, qualquer que seja o cenário e a temperatura dos episódios finais, os fatores que, em última análise, destruíram essa civilização devem ser estudados no berço da Revolução Industrial, a Inglaterra.